

NOTA PRÉVIA

A promulgação da Lei 13.105, de 16.03.2015, ou do Novo Código de Processo Civil, representa, sobretudo, esperança de uma justiça civil bem melhor do que a realizada presentemente. Em torno desse diploma, também conhecido como “Código Fux”, sem pejo da valiosa contribuição de outros juristas ao conjunto do texto, manifestou-se grande e compreensível interesse, parecendo justificar-se, a esse título, a edição da obra que culmina e sintetiza nossos estudos nessa área específica do direito – o *Processo Civil Brasileiro*.

Impõe-se esclarecer, de saída, alguns pontos. A organização dos assuntos deve-se antes ao sistema do autor do que a distribuição das matérias no NCPC. Assim, em diversos capítulos cuida-se tanto da função de conhecimento, quanto da função executiva e cautelar, como seria de se esperar no âmbito da teoria geral do processo. Porém, inexistem incompatibilidades: há mais informações úteis ao leitor, e, não, menos subsídios para seus estudos e trabalhos.

Buscou-se resgatar o sentido histórico de regras e institutos do NCPC. Apresentadas como inovações revolucionárias, determinadas soluções técnicas já eram conhecidas, embora abandonadas na legislação posterior, ou são muito antigas. A inquirição da testemunha diretamente pelos advogados das partes (art. 459, *caput*, do NCPC), a revelar surpreendentes pendores liberais, era o regime do Regulamento 737/1850, e, na sua vigência, apresentou o grave defeito de o juiz não comparecer à audiência, encarregando o escrivão de policiar a atividade. A tão gabada improcedência liminar do pedido (art. 332 do NCPC) originou-se de reforma da legislação processual portuguesa há quase um século. Parece inútil filiar-la a instituto similar da *Common Law*. Ocioso frisar que nada disso resolveu a profunda crise da justiça civil e é duvidoso que apresentará frutos apreciáveis.

Em todo o caso, valendo-se de todos os recursos concebíveis da farmacopeia brasileira, senão universal, o NCPC aposta na liquidação, a médio prazo, do único e grande problema enfrentado na correta aplicação da lei processual – o número excessivo de litígios. Para essa finalidade, propõe-se a reduzir, drasticamente, a independência jurídica dos órgãos judiciários inferiores, doravante vinculados às teses jurídicas fixadas pelos tribunais superiores. Em outras palavras, o juiz de primeiro grau até pode ignorar a lei material ou deixar de aplicá-la confessadamente; porém, abstendo-se de observar na solução do litígio o acórdão proferido

em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, sujeitar-se-á ao ignominioso remédio da reclamação (art. 988, IV, do NCPC), cujo acolhimento implicará a cassação da “decisão exorbitante” (art. 992 do NCPC). A função proeminente dos precedentes no direito brasileiro promoverá – permita-se a metáfora – o insólito acasalamento de jacaré e de cobra d’água. Em ordenamento filiado ao sistema da *Civil Law*, ou seja, dotado de regras gerais e abstratas supostamente tendentes à universalidade, portanto abrangendo situações futuras, eis que a regra jurídica concreta formulada pelos tribunais adquire eficácia vinculante de cima para baixo, e, não, através do consenso da conveniência em aplicar a tese jurídica em casos similares. É preciso aguardar os resultados do acasalamento. Porém, aplicado rigidamente o sistema, não se abstendo os tribunais superiores de conhecer e de acolher as inevitáveis reclamações, talvez o número prodigioso dos litígios seja contido e minorado.

Fitando essa possibilidade, o procedimento comum aumentou os deveres do órgão judiciário de primeiro grau, pretendendo aprimorar a qualidade das decisões. Realmente, a atividade dos juízes e das juízas, sobrecarregados por dezenas de milhares de processos (o número não é hipotético), deixa a desejar nesse último aspecto. Embora seja muito realçado o dever de motivação (art. 489, § 1.º, do NCPC), tecnicamente correto, mas impraticável nos termos delineados na regra se a pessoa investida na função judicante usufruir de vagares para analisar os atos postulatórios das partes e redigir o ato, o âmago do procedimento comum avulta no art. 357 do NCPC, ou seja, na decisão de saneamento e de organização do processo. Do órgão judiciário, revelando-se útil e necessário o prosseguimento do feito, aguarda-se a resolução das questões processuais pendentes; a fixação do tema da prova, ou seja, a delimitação das questões de fato objeto da instrução, deferindo ou ordenando a produção dos meios de prova pertinentes; a distribuição do ônus da prova (quem deve provar o que); a delimitação das questões de direito, visando a não surpreender as partes no futuro julgamento, malgrado a máxima *iura novit curia*; e a designação da audiência de instrução, se for o caso. O desempenho dessa complexa e delicada atividade exigirá, outra vez, profícua reflexão. É necessário ler e, principalmente, entender os atos postulatórios das partes e o teor da controvérsia. Se, mais uma vez, é praticável (ou não) essa magna tarefa, constitui outro problema. Por óbvio, exploradas todas as potencialidades da regra de “condensação”, o juiz terá o processo, por assim dizer, “na mão”. E, sem dúvida, o NCPC redefiniu o domínio das partes no processo civil, valendo citar, a esse propósito, o procedimento convencional do art. 190.

Só o tempo revelará todas as potencialidades do NCPC. Essa obra não poderia esgotá-las desde logo. Não deixou de apresentá-las, sempre que possível, a exemplo de aspectos surpreendentes: a menção a “relação processual” (art. 238, *in fine*, do NCPC), desvelando a natureza jurídica do processo, e aos “fatos processuais”

(art. 771 do NCPC), importante categoria na construção dos atos processuais. Progressivamente, incorporar-se-ão ao texto as contribuições da doutrina e da jurisprudência surgidas após a vigência do NCPC, se a acolhida do livro permitir novas edições. Vai a lume a obra com o que se escreveu no direito anterior.

A nota prévia já se alongou demasiado, cabendo encerrá-la com breve crítica à redação da lei. Não só a escassez de artigos e a profusão de parágrafos e incisos (por exemplo, no art. 85 do NCPC) dificultará a interpretação e a aplicação das normas processuais. Também o legislador teve imensa dificuldade em exprimir seu pensamento em muitos casos e, não raro, empregou linguagem vulgar: art. 437, § 1.º, do NCPC, permite à parte adotar “posturas”, qual expressão corporal, na manifestação sobre a juntada de documentos. Não se compreende facilmente o escasso apreço ao vernáculo em código eminentemente técnico.

Essas e outras imperfeições convivem, como destacado no início, com a fundada esperança de uma justiça melhor para as partes.

O autor dedica o livro aos entusiasmados companheiros do início da jornada: Antonio Dall’Agnol, Fábio Gomes, Gérson Fischmann, Maria Berenice Dias e Sérgio Gilberto Porto. Ao novo companheiro de estudos, Eduardo Arruda Alvim. A Fernando Krieg da Fonseca, meu primeiro mentor na advocacia. Recorda carinhosamente os saudosos professores Galeno Lacerda e Ovídio Araújo Baptista da Silva, responsáveis pela formação do autor como processualista, e, ainda, o atuante e atento José Maria Rosa Tesheiner, professor na graduação e colega no TJRS e no PPGD da PUCRS.

E, naturalmente, dedica o livro à esposa, Desembargadora Mara Larsen Chechi, e aos nossos filhos, Cássio Chechi de Assis e Bóris Chechi de Assis, agradecendo-lhes o desmedido amor e a generosa compreensão pelo tempo subtraído à convivência familiar.

O autor agradece o enérgico apoio da Dr.^a Marisa Harms ao projeto. Também agradece à equipe de revisão técnica da RT, liderada pelo Dr. George Silva Melo. Eventuais erros materiais, se houver, são imputáveis ao autor.

O AUTOR



SUMÁRIO

Estrutura da Obra	9
Nota Prévia	11
Lista de Abreviaturas	61

LIVRO 2 – PROCEDIMENTO COMUM

TÍTULO I – ETAPA POSTULATÓRIA

CAPÍTULO 74 – DEMANDA DO AUTOR	65
§ 338.º Conteúdo da petição inicial	65
1.665. Demanda do autor	65
1.666. Endereçamento da demanda.....	68
1.667. Partes na demanda	70
§ 339.º Razões da demanda	73
1.668. Razões de fato e razões de direito da demanda.....	73
1.669. Causa de pedir passiva da demanda.....	74
1.670. Causa de pedir ativa na demanda	74
1.671. Cumulação de causas de pedir na demanda.....	75
1.672. Direito de defesa e razões de fato	75
1.673. Razões de direito da demanda	76
§ 340.º Pedido do autor	76
1.674. Força e efeitos da ação no pedido	76
1.675. Efeitos do pedido	77
1.676. Espécies de pedido	78
1.677. Cumulação de pedidos.....	78
1.678. Especificações do pedido	79

1.679. Modificações do pedido	80
§ 341.º Elementos complementares da demanda.....	80
1.680. Valor da causa.....	80
1.681. Prova das razões de fato.....	82
§ 342.º Requerimentos da petição inicial.....	83
1.682. Requerimento de citação do réu.....	83
1.683. Requerimento de tutela de urgência	85
1.684. Requerimento de citação ou de intimação de terceiro.....	88
1.685. Requerimento do benefício da gratuidade	89
§ 343.º Instrução da petição inicial.....	93
1.688. Documentação da demanda.....	93
1.687. Duplicação da petição inicial.....	96
§ 344.º Distribuição da petição inicial.....	97
1.688. Entrega da demanda.....	97
1.688.1. Espécies de distribuição	98
1.688.2. Correção da distribuição	99
1.688.3. Modificação da distribuição	100
1.689. Pagamento das despesas iniciais	100
CAPÍTULO 75 – PROVIMENTO LIMINAR.....	103
§ 345.º Objeto do provimento liminar.....	103
1.690. Fundamento do provimento liminar.....	103
1.691. Objeto do provimento liminar	104
1.692. Natureza do provimento liminar	106
§ 346.º Provimento liminar preparatório	108
1.693. Correção da petição inicial.....	108
1.693.1. Petição inicial incompleta	110
1.693.2. Petição inicial defeituosa	113
1.694. Adaptação da petição inicial	115
§ 347.º Provimento liminar positivo.....	117
1.695. Conteúdo do provimento liminar positivo	117

1.696. Vinculação ao provimento liminar positivo.....	118
1.697. Efeitos do provimento liminar positivo.....	118
§ 348.º Provimento liminar negativo.....	120
1.698. Indeferimento da petição inicial.....	120
1.698.1. Condições do indeferimento da petição inicial.....	121
1.698.2. Casos de indeferimento da petição inicial.....	123
1.698.3. Efeitos do indeferimento da petição inicial.....	124
1.699. Improcedência liminar do pedido.....	127
1.699.1. Condições da improcedência liminar do pedido.....	130
1.699.2. Efeitos da improcedência liminar do pedido.....	131
CAPÍTULO 76 – CITAÇÃO DO RÉU E AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO.....	134
§ 349.º Modalidades da citação.....	134
1.700. Importância da citação do réu.....	134
1.701. Funções da citação do réu.....	138
1.702. Dispensa da citação do réu.....	139
1.703. Comparecimento espontâneo do réu.....	140
§ 350.º Citação real do réu.....	143
1.704. Forma da citação real do réu.....	143
1.705. Importância da citação real do réu.....	144
1.706. Citação pelo correio.....	144
1.707. Citação por oficial de justiça.....	146
1.708. Citação por meio eletrônico.....	147
1.709. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	148
§ 351.º Citação ficta do réu.....	148
1.710. Procedimento edital no processo civil.....	148
1.711. Caráter residual da citação ficta.....	149
§ 352.º Impedimentos à citação.....	150
1.712. Impedimento em razão do lugar.....	150
1.713. Impedimento em razão do tempo.....	151
1.714. Impedimento em razão do estado.....	153

§ 353.º Efeitos da citação	156
1.715. Destinatário dos efeitos da citação	156
1.716. Efeitos processuais da citação.....	158
1.717. Efeitos materiais da citação.....	160
1.718. Estabilização da demanda	164
1.719. Ineficácia da citação	168
§ 354.º Renovação da citação	170
1.720. Repetição da citação.....	170
1.721. Segunda citação	170
§ 355.º Audiência de conciliação e de mediação	171
1.722. Designação da audiência de conciliação e de mediação.....	171
1.723. Obrigatoriedade da audiência de conciliação e de mediação	171
1.724. Participantes da audiência de conciliação e de mediação	173
1.724.1. Participação do órgão judiciário	173
1.724.2. Participação do conciliador ou do mediador	173
1.724.3. Participação das partes	173
1.724.4. Participação do representante técnico	175
1.725. Estrutura da audiência de conciliação e de mediação.....	175
1.726. Desistência da audiência de conciliação e de mediação.....	176
1.727. Falta de comparecimento na audiência de conciliação e de mediação	177
1.728. Resultados da audiência de conciliação e de mediação.....	178
CAPÍTULO 77 – RESPOSTA DO RÉU	179
§ 356.º Reação do réu	180
1.729. Conceito de resposta	180
1.730. Espécies de resposta.....	184
1.731. Prazo da resposta	185
1.732. Forma da resposta.....	188
1.733. Destinatário da resposta.....	190
1.733.1. Pressupostos da mudança de destinatário da resposta	191
1.733.2. Efeitos da mudança de destinatário da resposta	192
1.733.3. Resolução antecipada do problema de competência ..	192

1.734. Lugar da resposta	193
§ 357.º Contestação	193
1.735. Conceito de contestação	193
1.736. Conteúdo da contestação.....	195
1.737. Requisitos gerais da contestação	200
1.737.1. Endereçamento da contestação	201
1.737.2. Identificação e qualificação do contestante	202
1.737.3. Exposição das razões de fato e das razões de direito da defesa	204
1.737.4. Especificação dos meios de prova na contestação	205
1.737.5. Requerimentos da contestação	206
1.738. Requisitos formais da contestação	206
1.738.1. Forma da contestação	206
1.738.2. Datação da contestação	208
1.738.3. Autenticação da contestação	209
1.738.4. Instrução da contestação	210
1.738.5. Endereço de intimações	210
1.739. Efeitos da contestação	211
1.740. Aditamento da contestação	213
1.740.1. Fatos conhecíveis <i>ex officio</i>	214
1.740.2. Fatos supervenientes	214
1.741. Desentranhamento da contestação	216
§ 358.º Reconvenção	217
1.742. Conceito da reconvenção	217
1.743. Natureza da reconvenção.....	220
1.744. Requisitos genéricos da reconvenção	225
1.744.1. Competência do juízo na reconvenção	226
1.744.2. Interesse processual na reconvenção	226
1.744.3. Legitimidade ativa e passiva na reconvenção	227
1.745. Requisitos específicos da reconvenção	231
1.745.1. Pendência do processo	231
1.745.2. Compatibilidade do procedimento	231

1.745.3. Conexão de causas	233
1.746. Oportunidade da reconvenção	236
1.747. Efeitos da reconvenção.....	237
1.748. Procedimento da reconvenção	238
1.748.1. Forma da reconvenção	238
1.748.2. Controle da reconvenção	240
1.748.3. Chamamento do reconvindo	241
1.748.4. Resposta do reconvindo	242
1.748.5. Providências preliminares na reconvenção	244
1.749. Julgamento da reconvenção.....	245
§ 359.º Exceções	247
1.750. Natureza das exceções autônomas.....	247
1.751. Oportunidade das exceções autônomas	250
1.752. Efeitos das exceções autônomas.....	251
1.752.1. Efeito suspensivo da exceção de incompetência	251
1.752.2. Efeitos da exceção de parcialidade	253
1.753. Exceção de incompetência.....	254
1.753.1. Objeto da exceção de incompetência	254
1.753.2. Legitimidade na exceção de incompetência	255
1.753.3. Procedimento da exceção de incompetência	257
1.753.4. Efeitos do julgamento da exceção de incompetência ..	259
1.754. Exceção de parcialidade	260
1.754.1. Objeto da exceção de parcialidade	261
1.754.2. Legitimidade na exceção de parcialidade	261
1.754.3. Procedimento da exceção de parcialidade	262
1.754.4. Efeitos do julgamento da exceção de parcialidade	265
§ 360.º Variantes da resposta	265
1.755. Correção da legitimidade passiva.....	265
1.756. Chamamento de terceiro	269
1.757. Suscitação de incidentes autônomos.....	271
1.757.1. Impugnação da distribuição	272
1.757.2. Arguição de falsidade	275

1.757.3. Impugnação ao número de litisconsortes ativos	279
1.758. Declaração incidente.....	282
§ 361.º Revelia do réu.....	284
1.759. Inatividade do réu.....	284
1.760. Efeitos da revelia	285
1.761. Eliminação da revelia	287
§ 362.º Reconhecimento do pedido	288
1.762. Adesão do réu	288
1.763. Requisitos da adesão	289
1.764. Efeitos da adesão.....	291
TÍTULO II – ETAPA DO SANEAMENTO	
CAPÍTULO 78 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	293
§ 363.º Estrutura da etapa de saneamento.....	294
1.765. Concentração do saneamento do processo.....	294
1.766. Enumeração das providências preliminares.....	298
1.766.1. Providências típicas	298
1.766.2. Providências atípicas	299
1.766.2.1. Intervenção do Ministério Público	300
1.766.2.2. Intervenção de terceiros	301
1.766.2.3. Integração de litisconsorte	302
1.766.2.4. Contradição da prova documental	302
1.766.2.5. Arguição de falsidade	302
1.767. Função das providências preliminares	302
1.768. Oportunidade das providências preliminares	304
1.769. Desnecessidade das providências preliminares.....	305
§ 364.º Especificação de provas na revelia.....	306
1.770. Denominação da providência preliminar na revelia.....	306
1.771. Requisitos da especificação de provas na revelia.....	307
1.771.1. Existência e validade da citação do revel	307
1.771.2. Revelia desprovida da presunção de veracidade	308

1.771.2.1. Presunção de veracidade perante litisconsórcio passivo	309
1.771.2.2. Presunção de veracidade perante direitos indisponíveis	310
1.771.2.3. Presunção de veracidade perante falta de prova documental indispensável	310
1.771.2.4. Presunção de veracidade perante fatos inverossímeis, impossíveis e improváveis ou contrariados pela prova documental	310
1.771.3. Impossibilidade de extinção do processo	311
1.772. Determinação da especificação de provas	311
1.773. Atitudes do autor na especificação de provas	312
1.773.1. Proposição de provas na revelia	312
1.773.2. Omissão de provas na revelia	314
1.774. Admissão das provas na revelia.....	314
1.775. Aquisição do direito de provar pelo réu.....	315
§ 365.º Réplica do autor.....	316
1.776. Conceito e natureza da réplica.....	316
1.777. Funções da réplica	317
1.778. Réplica à defesa processual	318
1.778.1. Pressupostos da réplica à defesa processual	319
1.778.2. Prazo da réplica à defesa processual	321
1.778.3. Conteúdo da réplica à defesa processual	321
1.778.4. Efeitos da réplica à defesa processual	323
1.779. Réplica à defesa de mérito indireta.....	324
1.779.1. Pressupostos da réplica à defesa de mérito indireta	325
1.779.2. Prazo da réplica à defesa de mérito indireta	326
1.779.3. Conteúdo da réplica à defesa de mérito indireta	326
1.779.4. Efeitos da réplica à defesa de mérito indireta	328
1.780. Réplica à prova documental.....	329
1.781. Tréplica do réu.....	330
§ 366.º Pedido de declaração incidental.....	331
1.782. Suscitação de questão prejudicial na contestação	331

1.783. Prazo do pedido do autor de declaração incidental.....	333
1.784. Efeitos do pedido do autor de declaração incidental.....	334
1.785. Procedimento do pedido de declaração incidental.....	335
1.785.1. Forma do pedido de declaração incidental	335
1.785.2. Chamamento do réu no pedido de declaração incidental	335
1.785.3. Resposta do réu ao pedido de declaração incidental ...	336
1.785.4. Processamento e julgamento do pedido de declaração incidental	337
§ 367.º Suprimento dos vícios processuais	338
1.786. Suprimento (da inexistência) e saneamento (dos vícios) do processo.....	338
1.787. Iniciativa da atividade de saneamento	340
1.788. Prazo da atividade de saneamento	340
CAPÍTULO 79 – PRECIPITAÇÃO DO JULGAMENTO	341
§ 368.º Estrutura do julgamento conforme o estado do processo	341
1.789. Natureza do julgamento conforme o estado do processo.....	341
1.790. Esquema do julgamento conforme o estado do processo.....	343
1.791. Iniciativa da parte no julgamento conforme o estado do processo	347
1.792. Ordem do julgamento conforme o estado do processo	350
§ 369.º Extinção do processo	353
1.793. Antecedentes das causas extintivas com ou sem resolução do mérito	353
1.794. Causas de extinção do processo sem resolução do mérito.....	355
1.795. Causas de extinção do processo com resolução do mérito	357
1.795.1. Julgamento fundado no reconhecimento do pedido ...	358
1.795.2. Julgamento fundado na transação	360
1.795.3. Julgamento fundado na prescrição e na decadência ...	361
1.795.4. Julgamento fundado na renúncia	363
1.796. Obrigatoriedade da extinção do processo.....	364

§ 370.º Julgamento antecipado do mérito.....	365
1.797. Conceito e natureza do julgamento antecipado do mérito.....	365
1.798. Admissibilidade do julgamento antecipado do mérito.....	370
1.798.1. Julgamento antecipado no caso da existência de defesa	372
1.798.1.1. Inexistência de controvérsia sobre alegação de fato	374
1.798.1.2. Existência de controvérsia sobre alegação de fato	374
1.798.2. Julgamento antecipado no caso de inexistência de defesa	378
1.798.2.1. Julgamento antecipado no caso de pedido incontroverso	380
1.799. Obrigatoriedade do julgamento antecipado do mérito	382
1.800. Efeitos do julgamento antecipado do mérito.....	382
1.801. Nulidade do julgamento antecipado do mérito.....	383
1.802. Controle do julgamento antecipado do mérito	385
CAPÍTULO 80 – SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	386
§ 371.º Audiência preliminar.....	387
1.803. Conceito e natureza da audiência preliminar	387
1.804. Estrutura da audiência preliminar.....	394
1.805. Etapas da audiência preliminar	395
1.806. Cabimento da audiência preliminar	397
1.807. Facultatividade da audiência preliminar	400
1.808. Designação da audiência preliminar.....	402
1.808.1. Prazo de designação da audiência preliminar	403
1.808.2. Conteúdo da designação da audiência preliminar	403
1.809. Participantes da audiência preliminar	404
1.810. Etapa da tentativa de conciliação na audiência preliminar	405
1.811. Etapa do saneamento na audiência preliminar.....	406
1.811.1. Objeto do saneamento do processo	408
1.811.2. Obrigatoriedade do saneamento do processo	411
1.811.3. Efeitos do saneamento do processo	414

1.811.3.1. Estabilização da decisão de saneamento do processo	414
1.811.3.2. Integração e esclarecimento das alegações das partes	418
1.811.4. Recorribilidade do saneamento do processo	419
1.811.5. Correção do saneamento do processo	420
1.812. Etapa da preparação da instrução e do julgamento na audiência preliminar.....	421
1.812.1. Fixação do tema da prova	421
1.812.2. Admissão dos meios de prova	423
1.812.3. Distribuição do ônus da prova	424
1.812.4. Delimitação das questões de direito	426
1.812.5. Preparação consensual da instrução e do julgamento .	428
1.813. Etapa da designação da audiência principal.....	428
1.814. Documentação da audiência preliminar	429
§ 372.º Decisão de saneamento e organização do processo	430
1.815. Conceito e natureza da decisão de saneamento	430
1.816. Fundamento da decisão de saneamento	434
1.817. Pressupostos da decisão de saneamento	434
1.818. Prazo da decisão de saneamento	435
1.819. Objeto da decisão de saneamento	435
1.819.1. Questões prévias eventuais no saneamento	436
1.819.2. Questões prévias obrigatórias no saneamento	436
1.819.3. Saneamento explícito e saneamento implícito	437
1.820. Obrigatoriedade da decisão de saneamento	438
1.821. Efeitos da decisão de saneamento	439
1.821.1. Prosseguimento do processo	439
1.821.2. Estabilização do objeto litigioso	441
1.821.3. Preclusão das questões prévias de mérito	444
1.822. Recorribilidade da decisão de saneamento	446
CAPÍTULO 81 – PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	448
§ 373.º Fase da instrução	449
1.823. Natureza da instrução	449

1.824. Composição da instrução.....	449
1.825. Etapas da instrução.....	451
1.826. Ordem da instrução	451
§ 374.º Etapa da proposição da prova	452
1.827. Momento da proposição da prova.....	452
1.828. Forma da proposição da prova.....	453
1.829. Efeitos da proposição da prova	454
§ 375.º Etapa da admissão da prova	455
1.830. Momento da admissão da prova.....	455
1.831. Forma da admissão da prova.....	456
1.832. Conteúdo da admissão da prova.....	457
1.833. Efeitos da admissão da prova	458
§ 376.º Etapa da produção da prova.....	461
1.834. Momento da produção da prova.....	461
1.834.1. Produção da prova em primeiro grau	461
1.834.2. Produção da prova em segundo grau	462
1.834.3. Produção antecipada da prova	464
1.835. Forma da produção da prova	465
1.836. Princípios da produção da prova	465
1.836.1. Princípio da concentração dos atos de instrução	466
1.836.2. Princípio da imediação nos atos de instrução	467
1.836.3. Princípio do contraditório nos atos de instrução	469
1.837. Recepção da prova	470
§ 377.º Etapa da apreciação da prova.....	472
1.838. Momento da apreciação da prova.....	472
1.839. Sistema da apreciação da prova.....	472
1.840. Revisão da apreciação da prova	473
§ 378.º Meios de prova atípicos.....	474
1.841. Conceito de prova atípica.....	474
1.842. Requisitos de admissão da prova atípica.....	475
1.842.1. Legalidade da prova atípica	475

1.842.2. Moralidade da prova atípica	475
1.842.3. Contradição na prova atípica	476
1.842.4. Subsidiariedade da prova atípica	476
1.843. Espécies de provas atípicas	476
1.844. Prova emprestada	477
1.844.1. Admissibilidade da prova emprestada	478
1.844.2. Requisitos da prova emprestada	483
1.844.3. Efeitos da invalidade da prova emprestada	484
1.845. Depoimento escrito	485
1.846. Requisição de informações	486
1.846.1. Natureza da requisição de informações	488
1.846.2. Requisitos da requisição de informações	488
1.846.3. Procedimento da requisição de informações	489
1.847. Comportamento processual	490
1.848. Juramento	492
1.849. Depoimento técnico	495
1.850. Constatação oficial	497
1.851. Ata notarial	498
CAPÍTULO 82 – DEPOIMENTO PESSOAL	500
§ 379.º Depoimento da parte em geral	501
1.852. Conceito e natureza do depoimento da parte	501
1.853. Espécies de depoimento da parte	504
1.854. Funções do depoimento da parte	506
1.855. Princípios do depoimento da parte	507
1.855.1. Princípio da pessoalidade	507
1.855.2. Princípio da informalidade	507
1.855.3. Princípio da publicidade	508
§ 380.º Requisitos do depoimento da parte	508
1.856. Aptidão para depor	508
1.856.1. Depoimento do revel	509
1.856.2. Depoimento dos litisconsortes	510
1.856.3. Depoimento dos terceiros	512

1.856.3.1. Depoimento do assistente	512
1.856.3.2. Depoimento do <i>amicus curiae</i>	513
1.856.3.3. Depoimento do Ministério Público	513
1.856.4. Depoimento do substituto processual	514
1.857. Capacidade para depor	515
1.857.1. Depoimento das pessoas naturais	515
1.857.1.1. Depoimento dos incapazes	515
1.857.1.2. Depoimento dos necessitados especiais	517
1.857.2. Depoimento das pessoas jurídicas	518
1.858. Objeto do depoimento da parte.....	520
§ 381.º Procedimento do depoimento da parte.....	521
1.859. Admissão do depoimento da parte.....	521
1.859.1. Caráter principal do depoimento da parte	521
1.859.2. Depoimento em causa própria (<i>in re sua</i>) da parte	522
1.859.3. Interesse no depoimento da parte	522
1.860. Intimação prévia da parte	523
1.860.1. Destinatário da intimação para depoimento	523
1.860.2. Modalidades da intimação para depoimento	524
1.860.3. Antecedência da intimação para depoimento	525
1.860.4. Consequência da falta de cominação da confissão	525
1.861. Momento do depoimento da parte.....	526
1.862. Local do depoimento da parte	528
1.863. Forma do depoimento da parte	529
1.863.1. Etapa preparatória do depoimento	531
1.863.1.1. Identificação do depoente	531
1.863.1.2. Movimentação do depoente	531
1.863.1.3. Compromisso do depoente	532
1.863.2. Etapa do interrogatório do depoente	534
1.863.2.1. Interrogatório pelo juiz	534
1.863.2.2. Interrogatório pelo advogado	536
1.863.3. Etapa da documentação do depoimento	537
1.864. Escusas no depoimento da parte	538
1.864.1. Natureza do direito de calar	539

1.864.2. Casos do direito de calar	540
1.864.2.1. Escusa em caso de ilícito	541
1.864.2.2. Escusa em caso de sigilo	541
1.864.2.3. Escusa em caso de desonra	544
1.864.2.4. Escusa em caso de perigo	544
1.864.3. Efeitos do direito de calar	546
1.865. Recusa de depor	547
1.865.1. Recusa motivada	548
1.865.1.1. Fatos desconhecidos	548
1.865.1.2. Fatos esquecidos	550
1.865.2. Recusa desmotivada	550
1.865.3. Momento da apreciação da recusa	551
1.866. Renovação do depoimento da parte	552
§ 382.º Força probante do depoimento da parte	552
1.867. Confissão provocada expressa e ficta no depoimento da parte..	552
1.868. Apreciação do depoimento da parte	554
CAPÍTULO 83 – DA CONFISSÃO	556
§ 383.º Confissão em geral	557
1.869. Conceito de confissão.....	557
1.870. Natureza da confissão.....	560
1.871. Espécies de confissão	564
1.871.1. Confissão judicial	565
1.871.1.1. Confissão judicial expressa e confissão judicial ficta	565
1.871.1.2. Confissão judicial espontânea e confissão judicial provocada	566
1.871.2. Confissão extrajudicial	566
1.871.2.1. Confissão extrajudicial escrita e confissão extrajudicial oral	567
1.871.2.2. Confissão extrajudicial feita à parte e confissão extrajudicial feita a terceiro	567
1.871.3. Confissão pura e confissão qualificada	568
1.871.4. Confissão divisível e confissão indivisível	569

1.872. Confissão e institutos afins.....	570
§ 384.º Elementos da confissão	572
1.873. Enumeração dos elementos da confissão	572
1.874. Aptidão para confessar	572
1.874.1. Confissão do revel	573
1.874.2. Confissão do litisconsorte	575
1.874.3. Confissão dos terceiros	576
1.874.3.1. Confissão do chamado ao processo	577
1.874.3.2. Confissão do chamado em garantia	577
1.874.4. Confissão do substituto processual	578
1.875. Capacidade para confessar	579
1.875.1. Confissão das pessoas naturais	579
1.875.1.1. Confissão do representante voluntário	580
1.875.1.2. Confissão do incapaz	580
1.875.1.3. Confissão do representante legal	581
1.875.1.4. Confissão de necessitado especial	583
1.875.1.5. Confissão da pessoa casada	583
1.875.1.6. Confissão do falido	584
1.875.2. Confissão das pessoas jurídicas	584
1.876. Vontade de declarar	586
1.876.1. Consciência do agente da confissão	587
1.876.2. Voluntariedade do agente da confissão	587
1.877. Objeto da confissão	588
1.878. Indivisibilidade da confissão	590
§ 385.º Confissão extrajudicial	593
1.879. Momento da confissão extrajudicial	593
1.880. Forma da confissão extrajudicial	593
1.880.1. Confissão extrajudicial escrita	596
1.880.2. Confissão extrajudicial oral	597
1.881. Produção da confissão extrajudicial.....	599
§ 386.º Confissão judicial	600
1.882. Momento da confissão judicial.....	600

1.882.1. Momento da confissão judicial espontânea	600
1.882.2. Momento da confissão judicial provocada	601
1.883. Forma da confissão judicial	602
1.883.1. Confissão judicial espontânea	602
1.883.2. Confissão judicial provocada	603
§ 387.º Invalidação da confissão	604
1.884. Causas de anulação da confissão.....	604
1.884.1. Anulação por erro de fato	606
1.884.2. Anulação por coação	608
1.885. Meios de invalidação da confissão.....	608
1.886. Anulação da confissão antes do trânsito em julgado.....	609
1.887. Anulação da confissão após o trânsito em julgado	612
1.888. Transmissibilidade da pretensão à invalidação	613
§ 388.º Força probante da confissão	614
1.889. Apreciação da confissão judicial.....	614
1.890. Apreciação da confissão extrajudicial	617
CAPÍTULO 84 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	620
§ 389.º Exibição incidental de documento e de coisa.....	621
1.891. Conceito da exibição incidental.....	621
1.892. Fundamento da exibição incidental.....	626
1.893. Natureza da exibição incidental	627
§ 390.º Objeto da exibição incidental	628
1.894. Objeto genérico da exibição incidental	628
1.895. Exibição incidental de coisas móveis	629
1.896. Exibição incidental de documentos	629
1.897. Exibição incidental da escrituração empresarial.....	632
1.897.1. Caráter exemplificativo dos casos de exibição integral	634
1.897.2. Iniciativa da parte na exibição integral	635
1.897.3. Âmbito subjetivo da exibição integral	635
1.897.4. Forma da exibição integral	636
1.897.5. Casos de exibição integral	636

1.897.5.1. Exibição incidental em caso de sociedade ..	637
1.897.5.2. Exibição incidental em caso de sucessão	637
1.897.5.3. Exibição incidental em caso de comunhão .	637
1.897.5.4. Exibição incidental em caso de administração	638
1.897.5.5. Exibição incidental em caso de gestão à conta de outrem	638
1.897.5.6. Exibição incidental em caso de falência ou concordata	638
§ 391.º Procedimento da exibição perante contraparte.....	639
1.898. Momento da exibição incidental perante contraparte.....	639
1.899. Pedido de exibição incidental perante contraparte.....	640
1.899.1. Legitimidade ativa e passiva no pedido de exibição incidental entre partes	641
1.899.1.1. Legitimidade ativa na exibição incidental entre partes	641
1.899.1.2. Legitimidade passiva na exibição incidental entre partes	641
1.899.2. Competência no pedido de exibição incidental	643
1.899.3. Requisitos gerais do pedido de exibição incidental	643
1.899.4. Requisitos especiais do pedido de exibição incidental	643
1.899.4.1. Individualização do objeto da exibição	644
1.899.4.2. Interesse na exibição do documento ou da coisa	645
1.899.4.3. Indicação da existência e da posse do documento ou da coisa	646
1.899.5. Controle do requerimento de exibição incidental	647
1.900. Forma de chamamento da contraparte na exibição incidental..	647
1.901. Prazo de defesa da contraparte na exibição incidental	648
1.902. Conteúdo da resposta ao pedido de exibição incidental.....	648
1.902.1. Escusa fundada na preservação da vida privada	651
1.902.2. Escusa fundada no sigilo profissional	652
1.902.3. Escusa fundada no receio de dano	654
1.902.4. Escusa fundada em disposição legal	655

1.903. Forma da exibição incidental pela contraparte	655
1.904. Lugar da exibição incidental pela contraparte.....	656
1.905. Efeitos do julgamento da exibição incidental entre partes	657
1.905.1. Capítulo principal do julgamento da pretensão à exibição entre partes	657
1.905.2. Natureza do julgamento da exibição incidental entre partes	659
1.905.3. Capítulo acessório no julgamento da exibição incidental entre partes	659
§ 392.º Procedimento da exibição contra terceiro	660
1.906. Momento da exibição incidental contra terceiro.....	660
1.907. Petição inicial da exibição incidental contra terceiro.....	660
1.907.1. Competência no pedido de exibição incidental contra terceiro	661
1.907.2. Requisitos do pedido de exibição incidental contra terceiro	661
1.907.3. Controle da petição inicial na exibição incidental contra terceiro	663
1.908. Forma do chamamento do terceiro na exibição incidental	663
1.909. Prazo de resposta do terceiro na exibição incidental.....	664
1.910. Conteúdo da resposta do terceiro na exibição incidental	664
1.911. Liminar na exibição contra terceiro.....	665
1.912. Efeitos do julgamento da exibição incidental contra terceiro.....	666
1.912.1. Capítulo principal da exibição incidente contra terceiro	666
1.912.2. Natureza do julgamento da exibição incidente contra terceiro	667
1.912.3. Capítulo acessório da exibição incidente contra terceiro	667
§ 393.º Força probante da exibição incidental.....	668
1.913. Apreciação do objeto da exibição incidental	668
CAPÍTULO 85 – PROVA DOCUMENTAL	669
§ 394.º Documentos em geral.....	671

1.914. Conceito de documento	671
1.915. Elementos do documento	674
1.915.1. Autoria do documento	675
1.915.2. Suporte do documento	676
1.915.3. Conteúdo do documento	676
1.916. Espécies de documento.....	678
1.916.1. Documentos públicos e documentos particulares	678
1.916.2. Instrumento público e instrumento privado	678
1.916.2.1. Instrumento público	679
1.916.2.2. Instrumento particular	680
1.916.3. Documentos autógrafos e documentos eterógrafos	680
1.916.4. Documentos diretos e documentos indiretos	681
1.916.5. Documentos gráficos e documentos estampados	681
1.916.6. Documentos dispositivos e documentos narrativos	681
1.916.7. Documentos pré-constituídos e documentos casuais ..	681
1.916.8. Documentos originais e documentos reproduzidos	682
1.916.9. Documentos assinados e documentos não assinados .	682
1.916.10. Documentos físicos e documentos eletrônicos	682
1.917. Defeitos materiais do documento	684
1.917.1. Espécies de defeitos materiais dos documentos	685
1.917.2. Correção dos defeitos materiais dos documentos	686
1.917.3. Eficácia probatória do documento defeituoso	686
1.918. Perda do documento original.....	687
1.919. Produção do documento estrangeiro.....	689
§ 395.º Documentos públicos.....	691
1.920. Espécies de documentos públicos.....	691
1.920.1. Documento público judicial	691
1.920.2. Documento público notarial	692
1.920.3. Documento público administrativo	694
1.921. Eficácia probatória dos documentos públicos	695
1.921.1. Eficácia probatória dos documentos públicos em geral	696

1.921.1.1. Eficácia probatória das declarações dispositivas	696
1.921.1.2. Eficácia probatória das declarações narrativas	699
1.921.2. Eficácia probatória da escritura pública	700
1.922. Reproduções dos documentos públicos	703
1.922.1. Espécies de reproduções	704
1.922.1.1. Certidão	704
1.922.1.2. Traslado	706
1.922.1.3. Extrato	707
1.922.1.4. Pública forma	707
1.922.1.5. Cópia	708
1.922.2. Reproduções dos documentos judiciais	709
1.922.3. Reproduções dos documentos notariais	710
1.922.4. Reproduções dos documentos administrativos	711
1.922.5. Reproduções dos documentos eletrônicos	711
1.923. Desconsideração do documento público	713
1.923.1. Natureza da desconsideração do instrumento público ...	714
1.923.2. Requisitos da desconsideração do instrumento público ..	716
1.923.2.1. Relatividade da forma especial do documento público	716
1.923.2.2. Vício exclusivo do documento público	717
1.923.2.3. Observância das formalidades do documento particular	719
1.923.3. Efeitos da desconsideração do instrumento público ...	719
§ 396.º Documentos particulares.....	719
1.924. Espécies de documentos particulares	719
1.925. Eficácia probatória dos documentos particulares.....	721
1.925.1. Eficácia das declarações dispositivas do documento particular	722
1.925.2. Eficácia probatória das declarações enunciativas do documento particular	723
1.925.3. Âmbito subjetivo da eficácia probatória do documento particular	725

1.932.3. Princípio da indivisibilidade dos documentos empresariais	752
1.933. Documentos diretos	752
1.933.1. Requisitos da produção da prova direta	755
1.933.2. Oportunidade da impugnação da prova direta	756
1.933.3. Forma e conteúdo da impugnação da prova direta	756
1.933.4. Efeitos da impugnação da prova direta	757
§ 398.º Documentos eletrônicos	758
1.934. Conceito de documento eletrônico	758
1.935. Eficácia probatória do documento eletrônico	760
1.936. Reproduções do documento eletrônico	763
§ 399.º Produção da prova documental	763
1.937. Formas de produção da prova documental	763
1.938. Produção espontânea da prova documental	765
1.938.1. Controle da produção espontânea de documentos	766
1.938.2. Objeto da produção espontânea de documentos	766
1.938.3. Efeitos da produção espontânea de documentos	769
1.939. Produção forçada da prova documental	770
1.939.1. Exibição de documento particular	770
1.939.2. Requisição de documentos públicos	771
1.939.2.1. Requisitos da requisição de documentos públicos	772
1.939.2.2. Procedimento da requisição de documentos públicos	773
1.939.2.2.1. Forma da requisição dos documentos públicos	773
1.939.2.2.2. Prazo da requisição dos documentos públicos	774
1.939.2.2.3. Efeitos da pendência da requisição dos documentos públicos ...	774
1.939.2.2.4. Atitudes da autoridade administrativa requisitada	774
1.939.2.2.5. Despesas na requisição de documentos públicos	775

1.939.2.2.6. Extração de cópias dos documentos públicos	776
1.939.2.3. Efeitos da requisição de documentos públicos	776
1.940. Momento da produção da prova documental	777
1.940.1. Momento da produção espontânea da prova documental	777
1.940.2. Momento da produção forçada da prova documental	779
1.941. Contradição da prova documental	780
1.941.1. Momento da contradição da prova documental	780
1.941.2. Formas de contradição da prova documental	781
1.941.3. Legitimados na contradição da prova documental	782
1.941.4. Objeto da contradição da prova documental	782
1.941.5. Efeitos da contradição da prova documental	784
1.941.5.1. Efeitos da contradição do documento público	784
1.941.5.2. Efeitos da contradição do documento particular	786
1.942. Produção de documentos novos.....	787
1.942.1. Prova dos fatos supervenientes	787
1.942.2. Contraprova dos fatos articulados	789
1.942.3. Documentos formados posteriormente	789
1.942.4. Documentos desconhecidos, inacessíveis ou indisponíveis	790
§ 400.º Arguição de falsidade.....	790
1.943. Espécies de falsidade documental.....	790
1.944. Objeto da arguição de falsidade.....	792
1.945. Natureza da arguição de falsidade	794
1.946. Oportunidade da arguição de falsidade	796
1.946.1. Prazo da arguição de falsidade	796
1.946.2. Quantitativo do prazo da arguição de falsidade	798
1.946.3. Contagem do prazo da arguição de falsidade	799
1.947. Iniciativa da arguição de falsidade.....	799
1.947.1. Legitimidade ativa na arguição de falsidade	801

1.947.2. Legitimidade passiva na arguição de falsidade	803
1.948. Suscitação da arguição de falsidade	804
1.948.1. Suscitação da falsidade no primeiro grau	804
1.948.1.1. Competência na arguição de falsidade	804
1.948.1.2. Forma da arguição de falsidade	805
1.948.1.3. Controle da admissibilidade da arguição de falsidade	806
1.948.1.4. Intervenção do Ministério Público na arguição de falsidade	807
1.948.2. Suscitação da falsidade no segundo grau	807
1.948.2.1. Autos da arguição de falsidade tardia	808
1.948.2.2. Objeto da arguição de falsidade tardia	808
1.948.2.3. Competência do tribunal na arguição de falsidade tardia	808
1.948.2.4. Processamento da arguição de falsidade tardia	810
1.949. Efeitos da arguição de falsidade	811
1.950. Defesa na arguição de falsidade	812
1.950.1. Prazo de resposta na arguição de falsidade	813
1.950.2. Modalidades de resposta na arguição de falsidade	813
1.950.3. Atitudes do suscitado na arguição de falsidade	814
1.951. Instrução da arguição de falsidade	815
1.952. Decisão da arguição de falsidade	816
1.952.1. Momento da decisão da arguição de falsidade	816
1.952.2. Regra de julgamento da arguição de falsidade	817
1.952.3. Recurso próprio da decisão da arguição de falsidade ..	817
1.952.4. Efeitos da decisão da arguição de falsidade	818
1.952.5. Autoridade da decisão da arguição de falsidade	819
§ 401.º Apreciação da prova documental	820
1.953. Sistemática da apreciação da prova documental	820
1.954. Interpretação da prova documental	822
CAPÍTULO 86 – PROVA TESTEMUNHAL	825
§ 402.º Prova documental em geral	827

1.955. Conceito de testemunha	827
1.956. Fonte do conhecimento da testemunha	829
1.956.1. Depoimento de ciência própria	830
1.956.2. Depoimento de ciência alheia	830
1.957. Espécies de testemunhas	831
1.957.1. Testemunha <i>de visu</i> e testemunha <i>ex auditu</i>	832
1.957.2. Testemunha instrumentária e testemunha do juízo (ou judicial)	833
1.957.3. Testemunha referente e testemunha referida	834
1.957.4. Testemunha compromissada e testemunha informante	834
§ 403.º Cabimento da prova testemunhal	835
1.958. Sistemas de admissibilidade da prova testemunhal.....	835
1.959. Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	838
1.959.1. Fatos já provados por confissão	838
1.959.2. Fatos já provados por documento	839
1.959.3. Fatos dependentes da prova documental	841
1.959.4. Fatos subordinados à prova pericial	843
1.960. Inadmissibilidade da prova testemunhal exclusiva	843
1.960.1. Âmbito objetivo da restrição à prova testemunha exclusiva	845
1.960.1.1. Determinação <i>ad valorem</i> do objeto da restrição da prova testemunhal exclusiva	847
1.960.1.2. Determinação do fato negocial objeto da restrição da prova testemunhal exclusiva ...	849
1.960.2. Âmbito subjetivo da restrição à prova testemunhal exclusiva	851
1.961. Admissibilidade da prova testemunhal complementar.....	853
1.961.1. Prova testemunhal complementar ao começo de prova escrita	854
1.961.1.1. Função do começo de prova	854
1.961.1.2. Conceito e natureza do começo de prova	855
1.961.1.3. Requisitos do começo de prova	856

1.961.2. Prova testemunhal subsidiária à impossibilidade da prova escrita	857
1.961.2.1. Impossibilidade material da prova escrita ..	857
1.961.2.2. Impossibilidade moral da prova escrita	858
1.962. Admissibilidade da prova testemunhal plena.....	859
§ 404.º Estatuto da testemunha.....	863
1.963. Aptidão da testemunha	863
1.963.1. Deposição da pessoa jurídica	865
1.963.2. Deposição do juiz	865
1.964. Capacidade da testemunha	867
1.964.1. Incapacidade da pessoa absolutamente incapaz	870
1.964.2. Incapacidade da pessoa sem discernimento	870
1.964.3. Incapacidade da pessoa sensorialmente deficiente	871
1.964.4. Incapacidade da pessoa interessada	871
1.964.4.1. Interesse em razão da incompatibilidade de funções	872
1.964.4.2. Interesse em razão de parcialidade	874
1.964.4.3. Interesse em razão de excessos emocionais	876
1.964.5. Incapacidade do cônjuge e dos parentes	876
1.965. Deveres da testemunha	878
1.965.1. Dever de comparecer da testemunha	878
1.965.2. Dever de depor da testemunha	879
1.965.3. Dever de veracidade da testemunha	879
1.966. Direitos da testemunha	880
1.966.1. Direito de convocação prévia	880
1.966.2. Direito à audição do juiz	880
1.966.3. Direito de recusar a deposição	882
1.966.4. Direito ao tratamento digno	882
1.966.5. Direito ao reembolso das despesas da testemunha	883
1.966.5.1. Objeto do reembolso da testemunha	883
1.966.5.2. Iniciativa do reembolso da testemunha	885
1.966.5.3. Responsabilidade pelo reembolso da testemunha	885
1.966.5.4. Forma do reembolso da testemunha	885

§ 405.º Produção da prova testemunhal.....	886
1.967. Admissão da prova testemunhal.....	886
1.968. Tempo da prova testemunhal.....	888
1.968.1. Depoimento prestado <i>ante causam</i>	889
1.968.1.1. Depoimento antecipado em razão de ausência	890
1.968.1.2. Depoimento antecipado em razão da idade ...	890
1.968.1.3. Depoimento antecipado em razão da saúde ...	890
1.968.2. Depoimento prestado por carta	890
1.968.3. Depoimento antecipado incidentalmente	891
1.969. Lugar da prova testemunhal.....	892
1.970. Depósito do rol de testemunhas	895
1.970.1. Funções do rol de testemunhas	896
1.970.2. Requisitos do rol de testemunhas	897
1.970.3. Prazo do rol de testemunhas	899
1.970.4. Forma do rol de testemunhas	901
1.970.5. Efeitos do rol de testemunhas	902
1.971. Número de testemunhas arroladas	903
1.971.1. Limitação <i>ope legis</i> do número de testemunhas	903
1.971.1.1. Alcance objetivo da limitação <i>ope legis</i> do número de testemunhas	905
1.971.1.2. Alcance subjetivo da limitação <i>ope legis</i> do número de testemunhas	905
1.971.2. Limitação <i>ope judicis</i> do número de testemunhas	906
1.972. Intimação da testemunha	909
1.972.1. Forma da intimação para depor	909
1.972.2. Meios da intimação para depor	911
1.972.3. Destinatário da intimação para depor	913
1.972.4. Requisição para depor	914
1.972.5. Antecedência da intimação para depor	915
1.973. Comparecimento da testemunha.....	915
1.974. Qualificação da testemunha	916
1.974.1. Identificação da testemunha	918
1.974.2. Costumes da testemunha	919

1.975. Compromisso da testemunha	920
1.975.1. Sujeitos do compromisso	921
1.975.2. Forma do compromisso	922
1.975.3. Recusa do compromisso	923
1.975.4. Efeitos do compromisso	923
1.976. Forma do depoimento da testemunha.....	924
1.976.1. Assistência do juiz	926
1.976.2. Intérprete na inquirição	928
1.976.3. Urbanidade da inquirição	929
1.976.4. Requisitos da inquirição	931
1.976.4.1. Audição individual	931
1.976.4.2. Audição ordenada	932
1.976.4.3. Audição isolada	934
1.976.5. Matéria da inquirição	935
1.976.6. Técnicas de inquirição	936
1.976.6.1. Deposição livre	937
1.976.6.2. Deposição questionada	939
1.976.6.2.1. Proibição da pergunta imperti-	
nente	943
1.976.6.2.2. Proibição da pergunta capciosa ...	943
1.976.6.2.3. Proibição da pergunta vexatória ...	944
1.977. Documentação do depoimento da testemunha.....	944
1.977.1. Conteúdo do termo de depoimento	945
1.977.2. Subscrição do termo de depoimento	947
§ 406.º Incidentes da prova testemunhal	947
1.978. Ausência da testemunha	947
1.978.1. Testemunha intimada	948
1.978.1.1. Ausência motivada da testemunha intima-	
da	948
1.978.1.2. Ausência desmotivada da testemunha inti-	
mada	950
1.978.1.2.1. Pena de condução	950
1.978.1.2.2. Sanções financeiras	952
1.978.2. Testemunha levada	952

1.979. Dispensa da testemunha.....	953
1.979.1. Dispensa da(s) testemunha(s) supérflua(s)	953
1.979.2. Dispensa da(s) testemunha(s) abandonadas(s)	954
1.980. Recusa de depor da testemunha	955
1.980.1. Natureza da recusa de depor	956
1.980.2. Momento da recusa de depor	957
1.980.3. Forma da recusa de depor	958
1.980.4. Causas da recusa de depor	959
1.980.4.1. Recusa em defesa da vida	959
1.980.4.2. Recusa em defesa da honra	960
1.980.4.3. Recusa em defesa do sigilo	961
1.980.5. Contraditório na recusa de depor	964
1.980.6. Decisão na recusa de depor	964
1.981. Contradita da testemunha	964
1.981.1. Natureza da contradita	965
1.981.2. Momento da contradita	965
1.981.3. Legitimados na contradita	966
1.981.4. Forma da contradita	967
1.981.5. Instrução da contradita	968
1.981.6. Decisão da contradita	969
1.982. Substituição da testemunha	970
1.982.1. Testemunha falecida	971
1.982.2. Testemunha enferma	971
1.982.3. Testemunha desconhecida	972
1.983. Prisão da testemunha.....	973
§ 407.º Complementação da prova testemunhal	974
1.984. Acareação das testemunhas.....	974
1.984.1. Requisitos da acareação	975
1.984.2. Procedimento da acareação	976
1.985. Audição da testemunha referida.....	978
1.985.1. Requisitos da audição da testemunha referida	979
1.985.2. Iniciativa da audição da testemunha referida	980
1.985.3. Procedimento da audição da testemunha referida	980

1.986. Renovação do depoimento	981
1.987. Retratação do depoimento.....	981
1.988. Correção do depoimento	982
§ 408.º Força probante da prova testemunhal.....	982
1.989. Livre apreciação da prova testemunhal.....	982
1.990. Critérios da apreciação da prova testemunhal	984
CAPÍTULO 87 – PROVA PERICIAL.....	986
§ 409.º Prova pericial em geral	988
1.991. Conceito de perícia	988
1.992. Natureza da perícia	991
1.993. Obrigatoriedade da perícia	992
1.994. Etapas da perícia	995
1.995. Variantes da perícia.....	997
1.995.1. Dispensa do laudo	998
1.995.1.1. Natureza da dispensa do laudo	998
1.995.1.2. Requisitos da dispensa do laudo	999
1.995.1.3. Momento da dispensa do laudo	999
1.995.1.4. Efeitos da dispensa do laudo	1000
1.995.2. Substituição da perícia	1000
1.995.2.1. Origem da substituição de perícia	1001
1.995.2.2. Natureza da substituição da perícia	1002
1.995.2.3. Requisitos da substituição da perícia	1003
1.995.2.4. Momento da substituição da perícia	1003
1.995.2.5. Efeitos da substituição da perícia	1003
§ 410.º Espécies de perícia	1004
1.996. Classificações das perícias	1004
1.996.1. Perícia judicial e perícia extrajudicial	1004
1.996.2. Perícia eventual e perícia obrigatória	1006
1.996.3. Perícia antecipada e perícia incidente	1007
1.996.4. Perícia direta e perícia indireta	1008
1.996.5. Perícia simples e perícia complexa (combinada)	1009
1.996.6. Perícia informativa e perícia opinativa	1010

1.997. Modalidades da prova pericial	1010
§ 411.º Objeto da perícia	1013
1.998. Determinação do objeto da perícia	1013
1.998.1. Certificação da veracidade do fato alegado	1013
1.998.2. Apreciação do fato alegado	1014
1.998.3. Certificação da veracidade de outra prova	1015
1.999. Limitações políticas do objeto da perícia (<i>inspectio corporis</i>)	1015
§ 412.º Cabimento da perícia	1016
2.000. Casos de inadmissibilidade da perícia	1016
2.000.1. Desnecessidade de conhecimento especial	1017
2.000.2. Desnecessidade da perícia	1018
2.000.3. Impossibilidade da perícia	1019
2.001. Casos de obrigatoriedade da perícia.....	1020
2.002. Momento da admissão da perícia.....	1020
§ 413.º Perito	1021
2.003. Funções do perito	1021
2.004. Nomeação do perito	1023
2.004.1. Designação oficial do perito	1025
2.004.2. Atitudes do perito após a designação	1026
2.005. Número de peritos.....	1027
2.006. Capacidade para ser perito.....	1029
2.006.1. Perito relativamente incapaz	1032
2.006.2. Perito analfabeto	1032
2.006.3. Perito estrangeiro	1033
2.007. Qualificação para ser perito	1033
2.007.1. Qualificação profissional do perito	1034
2.007.2. Qualificação oficial do perito	1036
2.007.3. Dispensa da qualificação profissional	1037
2.008. Escusa do perito.....	1038
2.008.1. Prazo da escusa	1038
2.008.2. Motivo da escusa	1039
2.008.3. Decisão sobre a escusa	1040

2.008.4. Consequências da escusa	1041
2.009. Substituição do perito	1041
2.009.1. Substituição por motivos preexistentes	1041
2.009.2. Substituição por motivos supervenientes	1042
2.009.3. Procedimento da substituição	1043
2.009.4. Sanções do perito substituído	1044
2.009.5. Recorribilidade da substituição	1044
2.010. Poderes do perito	1045
2.011. Deveres do perito	1046
2.012. Direitos do perito	1048
§ 414.º Assistente técnico	1048
2.013. Funções do assistente técnico	1048
2.014. Número de assistentes técnicos	1049
2.015. Habilitação do assistente técnico	1050
2.016. Disciplina processual do assistente técnico	1050
§ 415.º Etapa inicial da perícia	1052
2.017. Admissão da perícia	1052
2.018. Prazo da perícia	1053
2.019. Atitudes das partes posteriores à admissão da perícia	1055
2.019.1. Autonomia dos atos posteriores à admissão da perícia	1055
2.019.2. Preclusão dos atos posteriores à admissão da perícia ..	1056
2.019.3. Âmbito subjetivo dos atos posteriores à admissão	1056
2.019.4. Escolha conjunta do perito	1057
2.020. Formulação dos quesitos principais	1058
2.020.1. Forma dos quesitos principais	1058
2.020.2. Objeto dos quesitos principais	1059
2.020.3. Efeitos dos quesitos principais	1060
2.021. Indicação dos assistentes técnicos	1061
2.022. Recusa do perito	1063
2.022.1. Oportunidade da recusa do perito	1063
2.022.2. Forma da recusa do perito	1064
2.022.3. Motivos da recusa do perito	1065

2.022.4. Procedimento da recusa do perito	1065
2.022.5. Efeitos da recusa do perito	1066
2.023. Controle do questionário	1066
2.023.1. Indeferimento dos quesitos impertinentes	1067
2.023.2. Formulação dos quesitos oficiais	1067
§ 416.º Etapa operativa da perícia.....	1068
2.024. Data e local do início dos trabalhos	1068
2.024.1. Origem e forma da intimação do início dos trabalhos .	1068
2.024.2. Destinatários da intimação do início dos trabalhos	1069
2.024.3. Conteúdo da intimação do início dos trabalhos	1069
2.024.3.1. Local da perícia	1069
2.024.3.2. Data da perícia	1069
2.024.4. Finalidades da intimação do início dos trabalhos	1070
2.024.5. Consequências da falta de intimação do início dos trabalhos	1070
2.025. Forma dos trabalhos	1071
2.026. Direção dos trabalhos	1072
2.027. Fiscalização dos trabalhos	1074
2.028. Incidentes nos trabalhos	1075
2.028.1. Prorrogação do prazo da perícia	1075
2.028.2. Formulação de quesitos suplementares	1076
2.028.2.1. Oportunidade da formulação dos quesitos suplementares	1076
2.028.2.2. Legitimidade para formulação dos quesitos suplementares	1077
2.028.2.3. Objeto da formulação dos quesitos suplementares	1077
2.028.2.4. Procedimento da formulação dos quesitos suplementares	1078
2.028.2.5. Efeitos da formulação dos quesitos suplementares	1079
§ 417.º Etapa final da perícia.....	1079
2.029. Documentação da perícia	1079
2.029.1. Requisitos do laudo pericial	1079

2.029.1.1. Requisitos extrínsecos do laudo pericial	1079
2.029.1.2. Requisitos intrínsecos do laudo pericial	1081
2.029.2. Momento do laudo pericial	1082
2.029.3. Efeitos do laudo pericial	1083
2.030. Intimação das partes da juntada do laudo pericial.....	1083
2.031. Crítica das partes ao laudo pericial.....	1085
2.031.1. Conteúdo da crítica ao laudo pericial	1085
2.031.2. Efeitos da crítica ao laudo pericial	1086
2.032. Produção do parecer dos assistentes.....	1087
2.032.1. Prazo da apresentação do parecer técnico	1087
2.032.2. Conteúdo do parecer técnico	1088
2.032.3. Efeitos da falta de apresentação do parecer técnico	1088
2.032.4. Apreciação do parecer técnico	1088
2.033. Pedido de esclarecimentos.....	1089
2.033.1. Oportunidade do pedido de esclarecimentos	1089
2.033.2. Forma e conteúdo do pedido de esclarecimentos	1090
2.033.3. Efeitos do pedido de esclarecimentos	1091
2.034. Controle oficial do laudo	1092
§ 418.º Renovação da perícia	1092
2.035. Admissibilidade da segunda perícia.....	1092
2.035.1. Momento da admissão da segunda perícia	1095
2.035.2. Procedimento da segunda perícia	1095
2.035.3. Recorribilidade da admissão da segunda perícia	1096
2.036. Objeto da segunda perícia.....	1096
2.037. Efeitos da segunda perícia.....	1096
§ 419.º Força probante da perícia.....	1097
2.038. Livre apreciação da prova pericial	1097
2.039. Motivação na apreciação da prova pericial	1102
CAPÍTULO 88 – INSPEÇÃO JUDICIAL	1103
§ 420.º Inspeção judicial em geral.....	1104
2.040. Conceito de inspeção judicial	1104
2.041. Natureza da inspeção judicial.....	1107

2.042. Terminologia da inspeção judicial.....	1108
2.043. Iniciativa da inspeção judicial.....	1109
2.044. Espécies de inspeção judicial.....	1111
2.044.1. Inspeção pessoal e inspeção material	1111
2.044.2. Inspeção direta e inspeção indireta	1112
2.044.3. Inspeção estática e inspeção dinâmica	1112
2.044.4. Inspeção facultativa e inspeção obrigatória	1113
2.044.5. Inspeção incidente e inspeção antecipada	1114
§ 421.º Objeto da inspeção judicial.....	1115
2.045. Natureza do objeto da inspeção.....	1115
2.046. Características do objeto da inspeção.....	1116
2.046.1. Pessoas inspecionáveis	1117
2.046.1.1. Inspeção corporal da parte	1117
2.046.1.2. Inspeção psiquiátrica da parte	1118
2.046.1.3. Inspeção pessoal de terceiros	1119
2.046.2. Coisas inspecionáveis	1119
2.046.3. Fenômenos inspecionáveis	1121
2.047. Disponibilidade do objeto na inspeção judicial	1121
2.047.1. Disponibilidade da pessoa	1121
2.047.1.1. Disponibilidade pessoal da parte	1122
2.047.1.2. Disponibilidade pessoal do terceiro	1124
2.047.2. Disponibilidade material	1125
2.048. Vicissitudes do objeto da inspeção	1127
§ 422.º Procedimento da inspeção judicial.....	1129
2.049. Admissão da inspeção judicial.....	1129
2.049.1. Momento da admissão da inspeção	1130
2.049.2. Conteúdo da decisão de admissão da inspeção	1131
2.049.2.1. Determinação do objeto da inspeção	1131
2.049.2.2. Designação de perito na inspeção judicial ..	1132
2.049.2.3. Designação da data da inspeção	1132
2.049.2.4. Designação do local da inspeção	1133
2.049.3. Recorribilidade da admissão e rejeição da inspeção	1134

2.050. Requisitos da inspeção judicial.....	1135
2.051. Tempo da inspeção judicial.....	1135
2.052. Lugar da inspeção judicial.....	1137
2.052.1. Inspeção na sede do juízo	1137
2.052.2. Inspeção fora da sede do juízo	1138
2.052.2.1. Impossibilidade da inspeção na sede do juízo....	1140
2.052.2.2. Conveniência da inspeção fora da sede do juízo....	1141
2.052.2.3. Reconstituição de eventos e de condutas	1141
2.053. Forma da inspeção judicial	1143
2.054. Participantes da inspeção judicial	1144
2.054.1. Juiz na inspeção judicial	1144
2.054.2. Partes na inspeção judicial	1147
2.054.2.1. Fundamento da participação das partes	1147
2.054.2.2. Finalidades da participação das partes	1148
2.054.2.3. Pressupostos da participação das partes	1148
2.054.2.4. Obrigatoriedade da participação das partes ..	1148
2.054.2.5. Poderes das partes na inspeção	1149
2.054.3. Peritos e assistentes técnicos na inspeção judicial	1149
2.054.4. Informantes na inspeção judicial	1151
2.055. Documentação da inspeção judicial	1151
2.055.1. Funções do auto de inspeção	1152
2.055.2. Forma do auto de inspeção	1153
2.055.2.1. Redator do auto de inspeção	1153
2.055.2.2. Local e momento do auto de inspeção	1154
2.055.2.3. Autenticação do auto de inspeção	1154
2.055.3. Conteúdo do auto de inspeção	1154
2.055.4. Instrução do auto de inspeção	1156
2.055.5. Impugnação ao auto de inspeção	1157
2.056. Renovação da inspeção judicial.....	1157
§ 423.º Força probante da inspeção judicial	1158
2.057. Apreciação da prova na inspeção judicial	1158
2.058. Controle da apreciação prova na inspeção judicial	1159

CAPÍTULO 89 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	1160
§ 424.º Posição da audiência de instrução e julgamento	1161
2.059. Conceito e natureza da audiência	1161
2.060. Facultatividade da audiência	1164
2.061. Estrutura da audiência	1167
§ 425.º Princípios da audiência	1168
2.062. Princípio da publicidade da audiência.....	1168
2.062.1. Audiência de portas fechadas	1170
2.062.2. Audiência de portas abertas	1170
2.062.3. Cobertura midiática da audiência	1172
2.063. Princípio da unidade da audiência	1172
2.063.1. Fundamento da unidade da audiência	1173
2.063.2. Consequências da unidade da audiência	1173
2.063.3. Momento da suspensão dos trabalhos	1174
2.063.4. Causas da suspensão dos trabalhos	1174
2.063.5. Consequências da suspensão dos trabalhos	1176
2.063.6. Regime da invalidade da audiência	1176
2.064. Princípio da concentração da audiência.....	1177
2.065. Princípio da imediação na audiência	1178
2.066. Princípio da identidade física do juiz	1179
§ 426.º Etapa da preparação da audiência	1183
2.067. Cabimento da audiência	1183
2.068. Designação da audiência	1186
2.068.1. Competência na designação da audiência	1186
2.068.2. Natureza da designação da audiência	1187
2.068.3. Escolha da data e horário da audiência	1188
2.068.4. Registro da data e do horário da audiência	1190
2.069. Tempo da audiência.....	1190
2.069.1. Dia da audiência	1191
2.069.2. Horário da audiência	1191
2.070. Lugar da audiência.....	1192
2.071. Intimações da designação da audiência	1195

§ 427.º Etapa da abertura da audiência	1198
2.072. Pregões da audiência	1198
2.073. Participantes da audiência	1199
2.073.1. Participantes obrigatórios da audiência	1199
2.073.2. Participantes eventuais da audiência	1201
2.074. Poderes do juiz na audiência.....	1201
2.074.1. Manutenção da ordem	1202
2.074.2. Manutenção do decoro	1204
2.074.3. Consequências da quebra da ordem e do decoro	1206
2.074.4. Registro dos requerimentos no termo de audiência	1207
2.075. Atividades do juiz na audiência	1208
2.075.1. Função de direção da audiência	1208
2.075.2. Função na conciliação em audiência	1209
2.075.3. Função de coleta da prova na audiência	1209
2.075.4. Função de participação nos debates na audiência	1210
2.075.5. Funções decisórias na audiência	1210
2.075.6. Função de documentação da audiência	1210
2.076. Atividades das partes na audiência.....	1211
§ 428.º Etapa da conciliação	1212
2.077. Natureza da conciliação incidental	1212
2.078. Obrigatoriedade da conciliação incidental.....	1214
2.079. Objeto da conciliação incidental	1216
2.080. Forma da conciliação incidental.....	1217
2.081. Efeitos da conciliação incidental	1219
§ 429.º Etapa da instrução	1222
2.082. Fixação dos pontos controvertidos.....	1222
2.082.1. Possibilidade da fixação tardia dos pontos controvertidos	1223
2.082.2. Finalidade da fixação tardia dos pontos controvertidos	1224
2.082.3. Requisitos da fixação tardia dos pontos controvertidos	1225

2.082.4. Recorribilidade da fixação tardia dos pontos controvertidos	1226
2.083. Produção da prova em audiência.....	1226
§ 430.º Etapa do debate	1228
2.084. Finalidade do debate da causa.....	1228
2.085. Momento do debate da causa	1229
2.086. Participantes do debate da causa.....	1231
2.087. Modalidades do debate da causa.....	1233
2.088. Prazos e ordem do debate da causa	1234
2.088.1. Tempo do debate	1234
2.088.2. Ordem do debate	1235
2.088.3. Distribuição do tempo de debate	1237
2.089. Conteúdo do debate da causa.....	1238
2.089.1. Objeto virtual do debate da causa	1238
2.089.2. Intervenção do juiz no debate da causa	1239
2.089.3. Intervenção do advogado da contraparte no debate da causa	1239
2.089.4. Controle judicial do debate na causa	1240
2.089.5. Forma do debate da causa	1241
2.090. Discussão escrita da causa	1242
2.090.1. Cabimento da discussão escrita	1243
2.090.2. Forma da discussão escrita	1244
2.090.3. Oportunidade da entrega da discussão escrita	1245
2.091. Consequências da omissão do debate da causa	1247
§ 431.º Incidentes da audiência.....	1247
2.092. Antecipação da audiência	1247
2.093. Adiamento da audiência	1249
2.093.1. Fundamento do adiamento convencional da audiência ...	1250
2.093.2. Oportunidade do adiamento convencional da audiência ...	1251
2.093.3. Forma do adiamento convencional da audiência	1251
2.093.4. Efeitos do adiamento convencional da audiência	1251
2.094. Ausências ou atraso na audiência.....	1252
2.094.1. Ausência do juiz	1252

2.105.2. Fundamento da condenação líquida	1285
2.105.3. Objeto da condenação líquida	1285
2.105.4. Efeito da ausência de condenação líquida	1288
2.106. Irrevogabilidade da sentença definitiva	1288
2.107. Datação da sentença definitiva.....	1289
2.108. Autenticação da sentença definitiva.....	1290
2.109. Impugnação da sentença definitiva	1291
§ 435.º Improcedência da demanda	1293
2.110. Causa de emissão da sentença de improcedência.....	1293
2.111. Força e conteúdo da sentença de improcedência	1295
2.112. Capítulo acessório da sentença de improcedência	1299
§ 436.º Procedência da demanda	1300
2.113. Causa de emissão da sentença de procedência	1300
2.114. Força e conteúdo da sentença de procedência.....	1302
2.114.1. Procedência condicional	1302
2.114.2. Procedência limitada	1305
2.114.3. Procedência dispositiva	1307
2.114.4. Procedência alternativa	1308
2.114.5. Procedência genérica	1309
2.114.6. Procedência impositiva	1312
2.115. Efeito anexo processual da sentença de condenação.....	1315
2.115.1. Origem da hipoteca judiciária	1317
2.115.2. Conceito e natureza da hipoteca judiciária	1318
2.115.3. Fundamento da hipoteca judiciária	1319
2.115.4. Pressupostos da hipoteca judiciária	1319
2.115.5. Especialização da hipoteca judiciária	1320
2.115.6. Efeitos da hipoteca judiciária	1321
2.116. Capítulo acessório da sentença de procedência	1322
2.116.1. Vencimento parcial	1324
2.116.2. Vencimento recíproco	1329
2.116.3. Vencimento mínimo	1330

CAPÍTULO 91 – REMESSA NECESSÁRIA	1331
§ 437.º Remessa necessária em geral	1331
2.117. Origens da remessa necessária	1331
2.118. Evolução da remessa necessária	1333
2.119. Institutos afins da remessa necessária	1335
2.120. Natureza jurídica da remessa necessária	1336
§ 438.º Cabimento da remessa necessária	1341
2.121. Casos gerais de remessa necessária	1341
2.121.1. Sentença contra pessoas jurídicas de direito público ...	1341
2.121.2. Sentença contra a pretensão a executar da Fazenda Pública	1342
2.122. Exclusões da remessa necessária	1343
2.122.1. Exclusão da remessa necessária em razão do valor	1343
2.122.2. Exclusão da remessa necessária em razão da matéria ...	1346
2.123. Casos especiais de remessa necessária	1347
§ 439.º Efeitos da remessa necessária	1347
2.124. Efeito obstativo da remessa necessária	1347
2.125. Efeito devolutivo da remessa necessária.....	1348
CAPÍTULO 92 – COISA JULGADA	1351
§ 440.º Fisionomia da coisa julgada	1352
2.126. Definição de coisa julgada.....	1352
2.127. Espécies de coisa julgada	1354
2.128. Coisa julgada formal	1356
2.128.1. Designação da coisa julgada formal	1358
2.128.2. Importância da coisa julgada formal	1359
2.128.3. Momento da formação da coisa julgada formal	1359
2.128.4. Efeitos da coisa julgada formal	1363
2.129. Coisa julgada material	1364
2.130. Fundamentos da coisa julgada	1372
2.131. Objeto da coisa julgada.....	1374
2.131.1. Objeto formal da coisa julgada	1374
2.131.2. Objeto material da coisa julgada	1378

2.132. Plano da eficácia da coisa julgada.....	1383
2.132.1. Natureza processual da autoridade de coisa julgada ...	1384
2.132.2. Efeitos da natureza processual da autoridade de coisa julgada	1387
2.133. Bilateralidade da coisa julgada	1389
2.134. Limites da coisa julgada	1390
§ 441.º Limites subjetivos da coisa julgada	1392
2.135. Alcance subjetivo dos efeitos da sentença	1392
2.135.1. Interessados de fato	1393
2.135.2. Interessados econômicos	1393
2.135.3. Interessados políticos	1394
2.135.4. Interessados jurídicos	1396
2.136. Primeira regra dos limites subjetivos: vinculação das partes.....	1399
2.136.1. Vinculação dos sucessores	1404
2.136.2. Vinculação do substituído	1407
2.137. Segunda regra dos limites subjetivos: vinculação <i>erga omnes</i> nas ações de estado	1408
2.137.1. Abrangência das causas de estado	1410
2.137.2. Litisconsórcio nas causas de estado	1410
2.137.3. Eficácia da sentença de procedência nas causas de estado	1414
2.138. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio.....	1414
2.138.1. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio obrigatório	1415
2.138.1.1. Ineficácia relativa no litisconsórcio necessário simples	1416
2.138.1.2. Ineficácia absoluta no litisconsórcio necessário unitário	1417
2.138.2. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo	1418
2.138.2.1. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo simples	1419
2.138.2.2. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo unitário	1422
2.139. Limites subjetivos da coisa julgada em situações especiais.....	1424
2.139.1. Limites subjetivos da coisa julgada na dissolução dos negócios jurídicos	1424

2.139.2. Limites subjetivos da coisa julgada na cobrança de prestações indivisíveis	1427
2.139.3. Limites subjetivos da coisa julgada na tutela da personalidade <i>post mortem</i>	1428
2.139.4. Limites subjetivos da coisa julgada na jurisdição constitucional	1429
2.140. Limites subjetivos da coisa julgada no processo coletivo	1429
2.140.1. Coisa julgada na tutela dos direitos coletivos	1431
2.140.2. Coisa julgada na tutela coletiva de direitos	1436
§ 442.º Limites objetivos da coisa julgada	1438
2.141. Primeira regra dos limites objetivos: vinculação ao objeto litigioso	1438
2.142. Segunda regra dos limites objetivos: vinculação às questões decididas	1442
2.143. Objeto ressalvado da autoridade do julgado	1452
2.143.1. Motivos da decisão	1452
2.143.2. Verdade dos fatos na decisão	1453
2.143.3. Questão prejudicial decidida	1455
2.143.3.1. Exclusão da questão prejudicial dos limites objetivos	1455
2.143.3.2. Inclusão da questão prejudicial nos limites objetivos	1456
2.144. Eficácia preclusiva da coisa julgada	1457
2.144.1. Definição da eficácia preclusiva da coisa julgada	1459
2.144.2. Finalidades da eficácia preclusiva da coisa julgada	1459
2.144.3. Relação dos limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada	1460
2.144.4. Pressupostos da eficácia preclusiva da coisa julgada ...	1462
2.144.5. Efeitos da eficácia preclusiva da coisa julgada	1467
§ 443.º Limites temporais da coisa julgada	1467
2.145. Influência dos eventos supervenientes na coisa julgada	1467
2.145.1. Oportunidade do evento superveniente	1472
2.145.2. Natureza do evento superveniente	1474
2.145.3. Efeitos do evento superveniente	1476
2.146. Modificação dos efeitos da sentença passada em julgado	1476
2.147. Casos de admissibilidade do evento superveniente	1477

§ 444.º Funções da coisa julgada	1478
2.148. Função geral da coisa julgada	1478
2.149. Função negativa da coisa julgada	1480
2.149.1. Finalidade da objeção de coisa julgada	1480
2.149.2. Natureza da objeção de coisa julgada	1480
2.149.3. Pressupostos da objeção de coisa julgada	1481
2.149.4. Iniciativa na objeção de coisa julgada	1481
2.149.5. Efeitos da objeção de coisa julgada	1482
2.149.6. Conflito de coisas julgadas	1482
2.150. Função positiva da coisa julgada	1485
2.150.1. Função positiva da coisa julgada em relação ao vencedor	1487
2.150.2. Função positiva da coisa em relação ao vencido	1489
§ 445.º Atenuações da coisa julgada	1489
2.151. Atenuação da coisa julgada na assistência.....	1489
2.151.1. Efeito da intervenção na assistência simples	1490
2.151.2. Efeito da intervenção na assistência qualificada	1491
2.151.3. Natureza do efeito da intervenção do assistente	1492
2.152. Atenuação da coisa julgada na pretensão a executar.....	1494
2.153. Atenuação da coisa julgada na tutela provisória.....	1498
2.154. Atenuação <i>secundum eventus litis</i> da coisa julgada.....	1502
§ 446.º Desconstituição dos efeitos da sentença	1505
2.155. Remédios contra os efeitos da sentença.....	1505
2.156. Rescindibilidade em razão de vícios “transrescisórios”	1507
2.157. Sentença ineficaz em razão da inexistência ou da invalidade da citação do réu	1512
2.158. Sentença ineficaz em razão da inconstitucionalidade superveniente da norma	1513
Bibliografia geral	1517
Índice Alfabético-Remissivo	1715
Índice Legislativo	1753
Índice Onomástico	1897
Estrutura da Obra – Processo Civil Brasileiro	1969